

imani development



**2007 ESTUDO ACTUALIZADO DAS
BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS NO
COMÉRCIO: ANGOLA**

RELATÓRIO FINAL

Preparado por: Imani Development International (Ltd) em associação
com Austral Consultoria e Projectos Lda.

Preparado para: Programa Regional de Facilitação de Comércio



Julho 2007

ÍNDICE

SECÇÃO

PÁGINA

CAPÍTULO 1: SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
CAPÍTULO 2: SINOPSE DO COMÉRCIO INTRA SADC	3
Tabela 1: Exportações Intra-Regionais por País (USD).....	5
Tabela 1a: Exportações Angolanas para a África do Sul (USD).....	5
Tabela 2: Importações Intra Regionais por País (USD).....	6
Tabela 2b: Importações Angolanas da África do Sul (10 produtos mais, USD).....	6
Tabela 3: Comércio de Angola Intra-COMESA (2005, USD milhões).....	7
Tabela 4: Comércio de Angola com o Mundo (US\$ '000).....	7
CAPÍTULO 3: MEDIDAS DE BNT QUE AFECTAM DIRECTAMENTE AS EXPORTAÇÕES.....	8
Tabela 5: Códigos de Categorização de BNT da OMC / Exportções.....	9
Tabela 6: Regulamentos Específicos Afectando as Exportações	10
CAPÍTULO 4: MEDIDAS DE BNT QUE AFECTAM DIRECTAMENTE AS IMPORTAÇÕES	11
Tabela 7: Códigos de Categorização de BNT da OMC / Importações.....	12
Tabela 8: Regulamentos Específicos Afectando as Importações	15
CAPÍTULO 5: ASSUNTOS IMPORTANTES EMERGINDO DE ENTREVISTAS E PESQUISA FEITA EM GABINETE.....	16
CAPÍTULO 6: AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA HARMONIZAÇÃO DO TRÁFICO DE TRÂNSITO ENTRE A NAMÍBIA E A REGIÃO	16
CAPÍTULO 7: ACÇÕES RECOMENDADAS SOBRE NOTIFICAÇÕES, ACOMPANHAMENTO E ELIMINAÇÃO DE BNT	16
ANEXO 1: LISTA DE CONTACTOS	17
ANEXO 2: REFERÊNCIAS	19

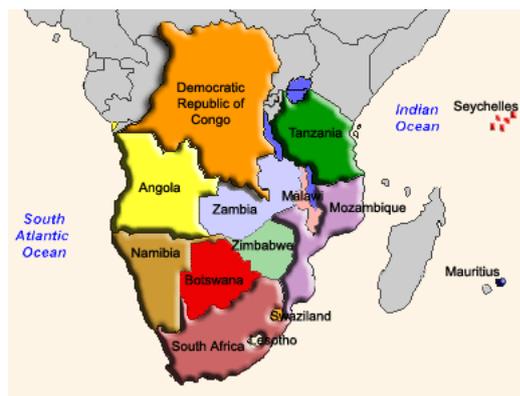
CAPÍTULO 1: SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório apresenta um inventário de Barreiras Não Tarifárias em uso em Angola relacionadas com a SADC e a COMESA. O estudo foi levado a cabo no período compreendido entre Julho e Agosto de 2004 e actualizado em Março de 2007.

A metodologia utilizada para coligir a informação consiste de uma pesquisa de gabinete onde foi feita a revisão da literatura sobre o Protocolo Comercial da SADC (STP) e as BNTs, particularmente em Angola, e também entrevistas, entre outras pessoas e instituições, com Funcionários Superiores do Governo de Angola, Autoridades Aduaneiras, Importadores e Exportadores, Agências de Despachantes e inspecção antes da expedição e Câmaras de Comércio, Indústria e Agricultura. Um questionário padrão foi usado para guia com os entrevistados.

O maior desafio foi relacionado com a quantidade e qualidade dos dados coligidos, e se por um lado a informação conseguida foi escassa, por outro a qualidade foi sempre um problema porque ou os dados eram muito antigos ou simplesmente não inspiravam confiança, devido aos métodos duvidosos de compilação e processamento.

O Governo de Angola, criou recentemente¹ uma Comissão que trata especificamente com assuntos do STP da SADC, com ênfase em todas as decisões emanando das várias reuniões / “workshops” organizadas pelo Secretariado da SADC. Esta Comissão também está a preparar a oferta de Angola à SADC nos termos do STP. A Comissão pensa que até ao final de Junho terá um pacote que inclui a remoção de algumas BNT. Angola é também membro da COMESA, apesar de até à data, nenhuma preferência tarifária ter sido concedida a esta região.



Excluindo o petróleo e os diamantes, a economia industrial de Angola é muito limitada o que significa que há poucas razões para restringir as importações. O país importa quase tudo e as exportações estão limitadas ao petróleo e aos diamantes, com o café e produtos piscatórios a serem exportados ocasionalmente. Assim, o comércio com a região ainda está na sua infância.

Devido às circunstâncias acima descritas, Angola não desenvolveu medidas defensivas para a sua economia e por isso, nenhuma BNTs foram ainda impostas. A maioria das barreiras são, por isso, ineficiências estruturais e dificuldades na consecução de negócios que são atribuídas à guerra que se prolongou por 40 anos e que terminou recentemente.

Apesar disso, durante as entrevistas com funcionários, foi sublinhado que Angola quer reconstruir as suas indústrias de açúcar, café e têxteis, outrora fortes. Não existe nada que esteja a funcionar ainda mas os funcionários estão a considerar impor temporariamente

¹ Grupo Técnico Multisectorial de Implementação do Protocolo Comercial da SADC, criado em 2006

algumas barreiras tarifárias e não tarifárias para permitir à indústria crescer e atingir um crescimento sustentável e competitivo.

A percepção é que Angola irá avançar com a integração regional, mas está estrangida por vários receios, em particular que tal avanço poderá ter um efeito negativo no desenvolvimento da indústria ainda infantil. Por esta razão pensa-se que Angola começará apenas com uma liberalização significativa do comércio regional a partir de 2015.

Em síntese, as recomendações deste estudo são as seguintes:

(I) O Governo deve continuar os seus esforços para se preparar para implementar as Zonas de Comércio Livre (ZCL / FTA) da SADC e COMESA e outros elementos dos relevantes protocolos;

(II) Sensibilização e preparação das várias partes envolvidas, nomeadamente os empresários, devem continuar.

(III) Algumas acções têm que ser aplicadas para remover algumas das barreiras, poucas mas embaraçosas identificadas.

(IV) Um calendário de eventos para a implementação dos protocolos e remoção das BNTs terá que ser acordado por todos os intervenientes como o Governo, a comunidade de Empresários e as estruturas regionais para enfrentar as alterações económicas.

CAPÍTULO 2: SINOPSE DO COMÉRCIO INTRA SADC

A avaliação em relação do comércio de Angola com a SADC foi inicialmente levada a cabo em 2004 e actualizada em 2007 para incluir os países da COMESA. O estudo foi baseado em pesquisa feita a nível do gabinete analisando literatura e também através de entrevistas com o Governo de Angola, autoridades de várias Agências governamentais como as Alfândegas, Instituto de Estatísticas e Centro de Promoção de Investimentos, Câmaras de Comércio, Agências de Despachantes e de Inspeção antes da expedição e a comunidade empresarial.

Todos os intervenientes cooperaram com o estudo e tanto quanto possível a informação foi disponibilizada. Contudo, apesar de todas as entidades – a maioria no sector público – ter demonstrado uma grande vontade de proporcionar informação, a fidelidade dos dados era sempre um problema. Por um lado a informação não estava imediatamente disponível e por outro, e em particular, os dados comerciais que nos foram disponibilizados ou estava incompleta ou era insuficiente ou ainda não era fidedigna.

Uma outra matéria que sublinha o facto de que para além de alguns departamentos governamentais, numa forma geral, o público tem pouca ou nenhuma informação sobre o Protocolo Comercial da SADC (STP), ou da FAT / ACL da COMESA. Este facto contribuiu para a falta de reacções e respostas em relação aos aspectos desta avaliação uma vez que as pessoas não possuíam opiniões substanciais e factuais sobre o impacto destes acordos na economia do país.

Vale a pena mencionar que recentemente houve um aumento do esforço para disseminar a informação relacionada com os acordos acima indicados e o seu impacto na economia. Foram realizados “workshops”, comunicados foram feitos na imprensa e uma ligação para o sítio do Ministério do Comércio foi criado, todos eles contendo todas as informações relacionadas com estes acordos.

Em 2006, na sequência da assinatura do STP em 2005, o Governo de Angola estabeleceu uma Comissão² para fazer a gestão de todos os aspectos relacionados com a completa e total implementação do estipulado no acordo. A Comissão é presidida pelo Vice-Ministro da Indústria e inclui funcionários governamentais do Ministério da Indústria, Ministérios do Comércio, Planeamento, Finanças e Alfândegas. Presentemente, esta Comissão está a trabalhar intensamente em todas as questões pendentes que levarão à ratificação do acordo. Em relação à apresentação da oferta da liberalização da tarifa de Angola ao Secretariado, o Ministério das Finanças e Alfândegas deveria ter apresentado o livro revisto de Impostos Indirectos em Janeiro deste ano mas devido a razões desconhecidas ainda está atrasado. A lista revista constituirá a base para a preparação da oferta de Angola ao Secretariado e consequentemente a ratificação do STP / PCS.

Em geral, os acordos comerciais da SADC e da COMESA são considerados como tendo um pequeno impacto ou mesmo nenhum na economia local porque, para além do petróleo e dos diamantes a indústria local ainda se encontra de facto na sua infância. A indústria doméstica revolve em redor das cervejas e algumas pequenas roças de café com a maioria dos outros produtos a serem importados.

² Grupo Técnico Multisectorial de Implementação do Protocolo Comercial da SADC

A maioria das exportações Angolanas são destinadas aos países fora da região, particularmente a América e a Europa, contudo, as exportações de produtos petrolíferos particularmente para a África do Sul têm vindo a aumentar. A África do Sul é também a força dominante de importações da SADC para Angola. Estatísticas oficiais também mostram importações significativas da Namíbia, contudo, pensa-se que a maioria destes produtos está em trânsito através da Namíbia vindos da África do Sul. O lado Angolano da fronteira com a Namíbia, Santa Clara, tornou-se no posto mais importante para a entrada de produtos da região da SADC e uma actualização está a ser feita em termos de pessoal e equipamento para enfrentar o aumento da procura.

Apesar de desactualizadas, as mais recentes estatísticas disponíveis para o comércio de Angola com os países da SADC estão indicadas a seguir. Deve ainda notar-se que estas estatísticas apenas representam o que se estima serem 80% do comércio de Angola com a SADC uma vez que os dados apenas incluem a informação reunida no Aeroporto 4 de Fevereiro³ em Luanda e no porto de Luanda. Dados provenientes da fronteira de Santa Clara e outras fronteiras de todo o país, não estão incluídos. Pensa-se que os dados sobre exportações são, numa forma geral, mais precisos do que os números relacionados com a importação. Isto é devido ao facto de serem compilados por companhias monopolistas com bons sistemas⁴. Importações sem registo têm sido um problema nos dados históricos. A Agência Crown está a assistir as Alfândegas Angolanas⁵ a melhorarem os seus sistemas, actualizarem os dados e melhorarem a qualidade dos serviços para enfrentarem os desafios globais. Para além disso, as Alfândegas de Angola estão a melhorar os seus serviços em várias fronteiras incluindo Santa Clara, Província do Namibe, no Sul do País. O Namibe está agora a tornar-se no Segundo ponto mais importante de entrada de produtos vindos da África do Sul (e Namíbia) e os dados coligidos não só são obtidos mas também registados de forma mais cuidada. Dado a escassez dos dados comerciais de Angola, os dados espelhados da África do Sul, sendo o mais importante parceiro comercial regional, são usados para uma análise mais completa.

Os dados indicam um grande nível de volatilidade no comércio Angolano com a região e são uma imagem da quebra do comércio global de Angola, com as exportações baseadas no petróleo e nos diamantes. 99% das exportações Angolanas para a África do Sul são produtos petrolíferos. É também aparente o petróleo, e daí as exportações totais terem aumentado para a África do Sul desde 2004. Outros produtos que figuram são os produtos minerais (diamantes ou metais) ou maquinaria, etc. enviados de regresso à África do Sul para reparações.

³ O Aeroporto Internacional de Luanda

⁴ Endiama para os diamantes e Sonangol para o petróleo. Uma excepção é a do café mas as quantidades exportadas são insignificantes.

⁵ A Restruturação das Alfândegas de Angola começou em 2001

Tabela 1: Exportações Intra-Regionais por País (USD)

Exportações para a SADC	Valor das Exportações (USD)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Botsuana	0	11,000	n/a	n/a	n/a
Congo	4,443,338	1,011,431	n/a	n/a	n/a
Lesoto	0	0	n/a	n/a	n/a
Malawi	0	0	n/a	n/a	n/a
Maurícias	0	90,570	n/a	n/a	n/a
Moçambique	896	2,427,076	n/a	n/a	n/a
Namíbia	2,688	16,100	n/a	n/a	n/a
Suazilândia	1,930	77,715,367	n/a	n/a	n/a
Tanzânia	0	4,600	n/a	n/a	n/a
Zâmbia	6,389	31,845	n/a	n/a	n/a
Zimbabué	3,314	102,144	n/a	n/a	n/a
África do Sul	4,486,423	7,001,100	165,382,000	548,241,000	276,800,000
Total	8,944,978	88,411,232	n/a	n/a	n/a

Fonte: Secretariado da SADC 2004, Instituto Nacional de Estatísticas de Angola

Tabela 1 a: Exportações de Angola para a África do Sul (USD)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Total	11,242,343	3,670,562	267,070,564	295,483,306	365,608,349
H27: Combustíveis Minerais, óleos, produtos destilados, etc.	9,826,106	174	265,081,825	292,527,232	363,310,268
H84: Reactores nucleares, caldeiras, maquinaria, etc.	145,045	1,618,657	457,188	1,424,035	988,312
H71: Pérolas, pedras preciosas, metais, moedas, etc.	0	0	0	557,670	362,594
H72: Ferro e Aço	0	0	9,289	5,333	212,728
H85: Equipamento eléctrico, electrónico	40,378	142,150	508,023	120,021	183,587
H99: Produtos não especificados noutras alíneas	26,686	38,161	19,474	92,611	156,169
H73: Artigos de ferro e aço	54,878	124,573	149,118	246,804	121,076
H88: Aviões, veículos espaciais, e as suas peças sobressalentes	45,146	212,586	261,912	73,436	85,626
H90: Produtos ópticos, fotografia, técnicos, médicos, etc.	876,966	956,031	154,361	55,482	69,184
H74: Cobre e artigos de cobre	0	17,238	10,491	3,366	18,452

*Fonte: Base de dados comercial TIPS –Estatísticas espelhadas da África do Sul

**Dispostos por valores de 2006

As importações dos países da SADC ainda são em proporções muito pequenas das importações totais mundiais de Angola e têm a tendência de serem de alguma forma erráticas. Em média, a África do Sul sozinha fornece mais que 90% das necessidades de Angola provenientes da SADC, apesar de haver aumentos em importações de tempos a tempos de outros países da SADC, nomeadamente a Suazilândia e a República Democrática do Congo. A Tabela a seguir mostra as importações de Angola da região da SADC e como acontece com os dados de exportações, os dados de Santa Clara não estão incluídos. Os dados espelhados da África do Sul indicam que as importações da África do Sul continuaram a aumentar. Os

principais produtos importados da África do Sul são maquinaria., artigos de ferro, aço e alumínio, produtos de higiene pessoal, etc., bebidas, açúcar, equipamento eléctrico, veículos e produtos químicos. Outras importações incluem uma variedade de produtos de consumo, de mobiliário, de construção e mineiro.

Tabela 2: Importações Intra-Regionais por País (USD)

Importações da SADC	Valor das importações USD				
	2002	2003	2004	2005	2006
Botsuana	4,485	36,797	n/a	n/a	n/a
Rep Dem do Congo	1,748,964	10,981,554	n/a	n/a	513,000
Lesoto	0	0	n/a	n/a	n/a
Malawi	336	1,708	n/a	n/a	n/a
Maurícias	114,471	265,212	n/a	n/a	994,000
Moçambique	183,749	961,625	1,036,000	94,760,000	574,000
Namíbia	972,140	2,804,286	5,651,000	123,191,000	7,165,000
Suazilândia	1,037,189	44,282,269	n/a	n/a	n/a
Tanzânia	299,744	540,614	371,000	91,644,000	935,000
Zâmbia	5,460	172,531	n/a	n/a	n/a
Zimbabué	113,454	417,521	n/a	n/a	346,000
África do Sul	112,469,093	421,156,434	563,773,000	529,189,000	414,196,000
TOTAL	116,949,085	481,620,551	570,083,000	744,024,000	424,724,333

Fonte: Secretariado da SADC 2004; Instituto Nacional de Estatísticas de Angola 2007

Tabela 2 b: Importações de Angola Provenientes da África do Sul (Os mais 10 produtos, USD)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Total	306,197,087	420,461,125	456,063,296	465,405,064	575,803,319
H84: Reactores Nucleares, caldeiras, maquinaria, etc.	34,482,693	43,571,200	62,596,125	57,424,296	79,239,376
H73: Artigos de ferro ou aço	15,095,531	21,372,949	30,151,992	38,924,622	43,621,875
H33: Óleos essenciais, perfumes, cosméticos e artigos de higiene pessoal	7,356,196	9,386,937	10,258,750	35,278,070	38,863,100
H76: Alumínio e artigos desse material	822,326	10,051,772	23,762,999	41,178,819	34,588,903
H85: Equipamento Eléctrico e electrónico	14,332,915	20,469,681	24,313,172	23,407,959	31,095,089
H22: Bebidas, bebidas alcoólicas e vinagre	56,971,639	99,983,105	73,759,436	23,574,409	30,424,713
H87: Veículos que não sejam ferroviários, carros eléctricos	18,084,689	13,268,532	14,962,268	24,117,641	30,176,417
H39: Plásticos e artigos de plástico	9,774,392	13,532,744	18,064,419	21,264,130	24,952,677
H38: Produtos químicos vários	1,456,830	2,218,246	3,215,220	4,319,111	18,004,860
H17: Açúcar e doces	3,720,372	4,644,848	6,646,376	8,448,385	17,718,989

*Fonte: Base de dados comerciais TIPS – Estatísticas espelhadas da África do Sul

**Dispostos por valores de 2006

Tabela 3: Comércio Intra COMESA de Angola (2005, milhões de USD)

Países	Exportações de Angola	Importações de Angola*
Burundi	0	0
Congo	0	0
Djibuti	0	0
Egipto	0	3.8
Eritreia	0	0
Etiópia	0	0.2
Quênia	0.1	1.4
Comoros	0	0
Líbia	0	0
Madagáscar	0	0
Maurícias	0	0.1
Malawi	0	0
Ruanda	0.1	0.1
Seicheles	0	0
Sudão	0.2	0
Suazilândia	0	0
Uganda	0	0.8
Zâmbia	0	0.5
Zimbabué	0.2	2.5
Total	0.6	9.5

Source: Gabinetes Nacionais de Estatísticas, Secretariado da COMESA

*Dados espelhados dos números dos Estados Membros em relação às exportações.

Tabela 4: Comércio de Angola com o Mundo (USD '000)

Comércio em USD	2003	2004	2005	2006
Total de Exportações Mundiais	9,306,200	13,411,828	23,308,432	29,526,730
Petróleo	8,517,200	12,617,095	22,488,869	n/a
Diamantes	788,100	688,600	644,600	n/a
Café	n/a	18,195	47,571	n/a
Total de Importações Mundiais	10,637,957	4,423,800	5,748,832	5,930,169
SALDO COMERCIAL	-1,331,757	8,988020	17,559,600	23,596,561

Fonte: Alfândega de Angola, 2004

No seu todo, a SADC representa menos de 1% das exportações Angolanas e 10% das suas importações. Da mesma forma, a COMESA representa 0.6% das exportações de Angola e 10.5% das importações.

CAPÍTULO 3: MEDIDAS BNTs QUE AFECTAM DIRECTAMENTE AS EXPORTAÇÕES

Na secção acima foi indicado que as exportações de Angola consistiam principalmente dos seguintes produtos: petróleo que representa mais de 90% das receitas, diamantes (cerca de 9%) e café (insignificante, menos de 0.5%). Estes produtos são quase todos vendidos para a Europa, América e Ásia. Os países da SADC representam um montante mínimo nestas estatísticas.

O petróleo e os diamantes são sujeitos a requisitos específicos onde os concessionários são simultaneamente reguladores e beneficiários. Assim as exportações de petróleo e diamantes não possuem quaisquer BNTs substanciais uma vez que ambas as organizações que dominam as indústrias, a Sonangol e a Endiama, têm a capacidade para simplificar e acelerar o processo caso haja BNT prevalentes. Estas companhias têm concessões governamentais para os campos e eles alugam-nas a companhias estrangeiras sob contratos de gestão. Assim, emitem licenças e documentos adicionais necessários a essas companhias, que por sua vez, usam a sua situação global e ligações com o mercado, distribuem e vendem os produtos no estrangeiro de acordo com as regras, regulamentos e tendências internacionais.

Contudo, o café é uma história diferente – muitos pequenos comerciantes exportam o café, principalmente a partir de Luanda e o grande desafio para eles são os custos de transporte devido à situação caótica das estradas rurais. Conseguir o transporte dos produtos para Luanda e a armazenagem dos produtos enquanto esperam a documentação fazem com que o produto deixe de ser competitivo logo à partida. Alguns dos exportadores já decidiram parar de exportar até que as estradas sejam melhoradas.

Também são exportadas pequenas quantidades de produtos piscatórios. De tempos a tempos o Governo impõe restrições na apanha de Carapau, dependendo da demografia deste tipo de peixe. Durante este estudo⁶ a captura do Carapau foi proibida por 4 meses⁷.

O processo de exportação obriga os exportadores a possuírem a seguinte documentação:

- *Conhecimento de embarque*
- *Manifesto de Carga*
- *Certificado de Origem*
- *Factura*

⁶ Agosto 2004

⁷ Fonte: Ministério do Comércio

Tabela 5: Categorização dos Códigos/ Exportação de BNTs da OMC

CATEGORIA INVENTÁRIO	DESCRIÇÃO				
Parte I	Participação do Governo no Comércio e Práticas Restritivas Toleradas pelos Governos				
Código de Inventário da OMC E	Área do Problema Monopólio	Descrição das BNTs mais severas O monopólio do Governo sobre a produção / licenciamento de petróleo e diamantes	Impacto das BNTs no negócio e no comércio	Responsabilidade / Fonte da BNT	
Parte II	Alfândegas e Procedimentos Administrativos de Entrada				
Código de Inventário da OMC G/I	Área do Problema Inspeção do Café antes da expedição	Descrição das BNTs mais severas Processo moroso de obtenção dos documentos relevantes para exportação	Impacto das BNTs no negócio e no comércio Armazenamento em Luanda enquanto espera pela documentação. Aumento do custo	Responsabilidade / Fonte da BNT Alfândega	
Parte III	Barreiras Técnicas ao Comércio				
Código de Inventário da OMC N/A	Área do Problema	Descrição das BNTs mais severas	Impacto das BNTs no negócio e no comércio	Responsabilidade / Fonte da BNT	
Parte IV	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.				
Código de Inventário da OMC N/A	Área do Problema	Descrição das BNTs mais severas	Impacto das BNTs no negócio e no comércio	Responsabilidade / Fonte da BNT	
Parte V	Limitações específicas				

CATEGORIA INVENTÁRIO	DESCRIÇÃO				
		Código de Inventário da OMC A	Área do Problema Proibição periódica da captura do peixe	Descrição das BNTs mais severas Proibição periódica da captura do Carapau	Impacto das BNTs no negócio e no comércio Interrupção de possíveis contratos de exportação
Parte VI	Encargos sobre as importações				
	Código de Inventário da OMC N/A	Área do Problema	Descrição das BNTs mais severas	Impacto das BNTs no negócio e no comércio	Responsabilidade / Fonte da BNT
Parte VII	Outro				
	Código de Inventário da OMC E	Área do Problema Custos dos Transportes	Descrição das BNTs mais severas Custos extremamente altos de transporte, particularmente para produtos agrícolas, nomeadamente o café	Impacto das BNTs no negócio e no comércio Aumento do custo de exportação, muitas vezes para um nível proibitivo	Responsabilidade / Fonte da BNT Ministério dos Transportes

Tabela 6: Regulamentos Específicos que Afectam as Exportações

Categoria de Inventário da OMC	Grupo do Produto	Agência de Controle do Governo	Procedimento Regulatório
	Pesca de Carapau	Ministério das Pescas	Ministério das Pescas

CAPÍTULO 4: MEDIDAS DE BTNs QUE AFECTAM DIRECTAMENTE AS IMPORTAÇÕES

O processo de importação em Angola requer a seguinte documentação:

- *Documento único*: este documento é normalmente preenchido pelos despachantes e custa aproximadamente US\$ 10.
- *Factura Comercial*: a factura deve incluir os seguintes detalhes: nome e endereço do exportador e do importador, descrição da quantidade de mercadoria, valor FOB e preço do frete, seguro e ainda o valor CIF.
- *Título da Propriedade*: conhecimento de embarque, carta de porte aéreo, boletim de carga e o CP2
- *CRF*: relatório claro das conclusões para os produtos sujeitos a inspecção antes da expedição.
- *Vários outros certificados*: dependendo da natureza do produto, pode consistir de um certificado sanitário, certificado de fumigação, ou declaração de compromisso exclusivo.
- *Certificado do Concelho Nacional de Transportadores*.

Todas as mercadorias acima dos USD 5,000 devem ser sujeitas obrigatoriamente a uma inspecção pré embarque na fonte⁸. BIVAC, uma subsidiária do Bureau Veritas, SGS e a Cotecna são as três companhias encarregadas da inspecção de produtos antes da expedição que entram ou saem de Angola. Em geral, as BNTs tendem a ser de natureza burocrática e administrativa devido a sistemas ineficientes e não à protecção do mercado interno. Como tal, restrições sobre a importação de mercadorias específicas não estão relacionadas com a protecção da indústria nacional, mas antes com assuntos de saúde e de segurança, incluindo armas, drogas, alimentos inapropriados para consumo humano e materiais pornográficos.

⁸ Os Decretos 34/02, 192/02 e 05/04 descrevem os produtos que estão isentos de pré inspecção

Tabela 7: Códigos de Categorização / Importações BNT OMC

CATEGORIA INVENTÁRIO	DESCRIÇÃO				
Parte I	Participação do Governo no Comércio e Práticas Restritivas Toleradas pelos Governos				
	Código de Inventário da OMC C	Área do Problema Aquisições do Governo	Descrição das BNTs mais severas Práticas de aquisição ainda subdesenvolvidas e pouco claras e sujeitas a inúmeros procedimentos burocráticos.	Impacto das BNTs no negócio e no comércio Dificuldades na condução do negócio	Responsabilidade / Fonte da BNT
	E	Importação, armazenagem, distribuição e retalho de combustível	Monopólio na importação, refinação e distribuição de combustível.	Falta de investimento em novas estações de serviço e por isso escassez de combustível	
Parte II	Alfândegas e Procedimentos Administrativos de Entrada				
	Código de Inventário da OMC G	Área do Problema Burocracia importação / exportação	Descrição das BNTs mais severas Importações podem ser atrasadas entre 3 a 4 meses a partir da altura em que a encomenda é feita. Há numerosos procedimentos burocráticos a seguir, e repetição desnecessária de informação.	Impacto das BNTs no negócio e no comércio Elevados custos de armazenagem e segurança para enfrentar os atrasos no despacho dos produtos. Atrasos nos mercados.	Responsabilidade / Fonte da BNT
	I	Atrasos nas inspecções antes da expedição	Atrasos na emissão dos CRFs	Tempo produtivo perdido.	
Parte III	Barreiras Técnicas ao Comércio ⁹				
	Código de Inventário da OMC N/A	Área do Problema	Descrição das BNTs mais severas	Impacto das BNTs no negócio e no comércio	Responsabilidade / Fonte da BNT

⁹ IANORQ, a organização de normas do Governo segue as normas do Codex da União Europeia

CATEGORIA INVENTÁRIO	DESCRIÇÃO				
Parte IV	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.				
	Código de Inventário da OMC N/A	Área do Problema	Descrição das BNTs mais severas	Impacto das BNTs no negócio e no comércio	Responsabilidade / Fonte da BNT
Parte V	Limitações específicas				
	Código de Inventário da OMC K	Área do Problema Requisitos de rotulação	Descrição das BNTs mais severas Requisitos recentes para que todos os produtos que são importados por Angola sejam etiquetados em Português.	Impacto das BNTs no negócio e no comércio Aumento dos custos de importação	Responsabilidade / Fonte da BNT
Parte VI	Encargos sobre as importações				
	Código de Inventário da OMC N/A	Área do Problema	Descrição das BNTs mais severas	Impacto das BNTs no negócio e no comércio	Responsabilidade / Fonte da BNT
Parte VII	Outro				

CATEGORIA INVENTÁRIO	DESCRIÇÃO				
Código de Inventário da OMC D	Área do Problema Restrições ao investimento	Descrição das BNTs mais severas O investimento estrangeiro é limitado a um investimento mínimo no valor de USD100,000	Descrição das BNTs mais severas Reduz as oportunidades de de investimento de SME	Responsabilidade / Fonte da BNT	
D	Registo do negócio complexo e dispendioso	Difícil começar negócios	Limitação do número de negócios que querem investir em Angola. O período médio de registo de um negócio é de 146 dias.		
E	Estradas e infra-estruturas rodoviárias más	Elevados custos de manutenção e longos atrasos nas estradas. Conduzir os 900 km da frontaria principal com a SADC no extremo Sul da província do Namibe para Luanda (e vice-versa) pode demorar até uma semana e o veículo pode requerer assistência imediata depois de completar a viagem. A ligação ferroviária entre Benguela e a Zâmbia necessita de grande reabilitação.	Custos muito elevados de transporte ferroviários e rodoviários.		
E	Custos de transporte marítimo elevados	Os custos de transportar um contentor de 20 pés para Angola são os mais elevados da zona costeira da África Austral. Um contentor de Antuérpia para Walvis Bay custa USD 1,500 enquanto se atracar nos portos Angolanos (uma distância mais curta da Europa) o preço aumenta para entre USD 3,000-4,000.	Aumento do preço dos produtos		
E	Autorização de Trabalho	Processos pouco claros de emprego para estrangeiros, resultando num período que se prolonga até um ano para a emissão de autorizações de trabalho.	Falta de pessoal qualificado para executar trabalhos especializados.		
E	Road Checks and Corruption	Rad check-points are frequent, and different sets of documentation may be required on different days or points on the road.	Increases opportunities for corruption		

Tabela 8: Regulamentos Específicos que Afectam a Importação

Código de Inventário da OMC	Grupo do Produto	Agência de Controlo Governamental	Procedimento Regulador
	Restrições ao Investimento estrangeiro	ANIP	Lei do Investimento 11/03 de 13 Maio
	Visa e vacina da febre-amarela	Ministério do Interior (DEFA) e Ministério da Saúde	
	Todos		Lei 17/03 de 25 Julho, estabelece incentivos fiscais e alfandegários
	Todos		Decreto 55/00, Importação, exportação e procedimentos de exportação
	Todos		Decreto 75/00, aplicação das regras dos operadores comerciais
	Todos		Decreto 76/00, procedimentos a serem observados pelos operadores comerciais
	Todos		Decreto 29/00, trata dos procedimentos das actividades comerciais e prestação de serviços
	Todos		Decreto 29/02 de 21 Maio, estipula o atraso no pagamento do imposto de consumo sobre produtos importados para propósitos de produção.
	Todos		Decreto 34/02 e Despacho 192/02, ordena o regime de inspecção antes da expedição
	Todos		Decretos 34/02, 192/02 e 05/04 descrevem os produtos isentos de inspecção antes da expedição.
	Todos		Lei 11/03 de 13 Maio, estabelece as bases para o investimento privado.

CAPÍTULO 5: ASSUNTOS FUNDAMENTAIS DAS ENTREVISTAS E DA PESQUISA DE TEXTOS

As margens de comércio e de lucro são determinadas pelo Governo. Um produto importado para Angola está sujeito à seguinte estrutura de custos / margens:

- 20% despesas gerais
- 15% imposto de selo
- 25% margem de lucro

Do lado do retalho a seguinte estrutura é aplicada:

- 14% despesas gerais
- 1% imposto de selo
- 22% margem de lucro

Contudo, apesar destas estruturas de preços o custo geral dos produtos em Angola mantém-se extremamente elevado. Angola é considerada como o país mais caro da África Austral com um custo muito elevado de vida e serviços públicos dispendiosos apesar de ineficientes. O preço do espaço de aluguer em Angola pode ser cinco vezes mais elevado do que a média regional.

CAPÍTULO 6: AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA HARMONIZAÇÃO DO TRÁFICO DE TRÂNSITO ENTRE ANGOLA E A REGIÃO

Angola não representa um ponto de tráfico para qualquer outro país na região. Quando a linha dos caminhos-de-ferro de Benguela for reabilitada, prevê-se que Angola poderá ser um ponto de trânsito para os produtos destinados à Zâmbia. Contudo, a reabilitação do Corredor de Benguela não está previsto a curto ou médio prazo. Há uma carga muito limitada rodoviária da e para a região para além dos produtos que são transportados entre a Namíbia e Angola. Um volume significativo destes produtos é originário da África do Sul. .

CAPÍTULO 7: ACÇÕES RECOMENDADAS SOBRE NOTIFICAÇÕES, ACOMPANHAMENTO E ELIMINAÇÃO DAS BNTs

Em relação a um ponto focal nacional, entrevistados consideram o Ponto Focal do sector privado para reportar os problemas de BNTs que possam ocorrer deveria estar localizado ou na Câmara de Comércio, ou na Associação das Indústrias de Angola ou ainda na Câmara de Despachantes Oficiais. A tendência é de que deveria ser da responsabilidade da Câmara de Comércio e Indústria, uma vez que são os membros desta instituição que seguem mais de perto o STP e participam mais activamente nos Fóruns da SADC, incluindo os “workshops” das BNTs em Pretória em Novembro de 2006. Contudo, a discussão entre estas instituições e o Governo necessita de ter lugar para determinar a estrutura apropriada. Este órgão terá que trabalhar mais perto do Grupo Multissectorial de Implementação do Protocolo Comercial da SADC estabelecido pelo Governo.

ANEXO 1: LIST OF CONTACTS

Instituição	Localização	Pessoa entrevistada	Endereço	Telefone	Fax	E-mail
Agência de Privatização de Angola	Luanda	António Guilherme	Rua Serqueira Lukoki, 25 - 9ªA	+244-222-390496	+244-222-392987	gare@snet.co.ao
BIVAC INTERNATIONAL	Luanda	Patricia MUNOZ-NAJAR	Rua João de Barros, nº 56 - Bairro das Ingombotas	+244-222-311849/ 311568	+244-222-311009	patricia.munoz-najar@ao.bureauveritas.com
Ministério do Planeamento	Luanda	Beatriz Morais				
Câmara de Comércio e Indústria de Angola	Luanda	José Alberto Cardoso	Largo do Kinaxixi, 14 - 1ªA	+244-222-336597/ 444506	+244-222-444629	ccia@ebonet.net
Câmara de Comércio e Indústria de Angola	Luanda	José Rodrigues Alentejo	Largo do Kinaxixi, 14 - 1ªA	244-222-336597/ 444506	244-222-444629	josercsalentejo@hotmail.com
Sistec	Luanda	Rui Santos	Av. Che-Guevara, 189/195	+244-222-448700	+244-222-3250372	rsantos@sistec.co.ao
Câmara de Comércio e Indústria de Angola	Luanda	José Alberto Cardoso	Largo do Kinaxixi, 14 - 1ªA	244-222-336597/ 444506	244-222-444629	ccia@ebonet.net
Angodespacho (agência de despachantes oficiais)	Luanda	Afonso Vieira Lopes		+244-92594523	+244-222-332 283	iapeda@ebonet.net
Comandante Kissanga	Luanda	Victor Alexandre José António	Rua de Angola	244-222-353630		vkissa55@yahoo.com
Ministério da Industria	Luanda	Sebastião Cassule Francisco	Rua de Moura Nº 56 B. Neves Bendinha	+244-222- 334700/2449236119 69	+244-222-334 700	scassule@yahoo.com ; scassule2001@hotmail.com
Ministério do Comércio	Luanda	Mbumba Tshico	Palácio de Vidro	244-222-301 237	br	mbumbatshico@yahoo.com.br
Instituto Nacional de Estatística	Luanda	Margarida dos S. Lourenço	Rua Ho-Chi-Min	244-222-322739/ 757		maragaridalourenco@ine.gv.ao
Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola	Luanda	João Capitão	Rua de Moura Nº 56 B. Neves Bendinha	244-222- 338492	244-222-338 492	jocapit@hotmail.com
KPMG	Luanda	Daniel Ferrão	Edifício Presidente, Largo 4 de Fevereiro, nº 3 - 1º A	244-222-310 825/7/8	244-222-310549	daniel.ferrao@kpmg.co.ao
KPMG	Luanda	Isabel Serrão	Edifício Presidente, Largo 4 de Fevereiro, nº 3 - 1º A	244-222-310549/ 827/8	244-222-310549	isabel.serrao@kpmg.co.ao
Manguchi, Lda.	Luanda	Alfredo António da Costa Jesus	Rua 28 de Maio, nº 55-57 Maianga	244-2-393712	244-2-396774	manguchi@snet.co.ao
MATEBA, Lda.	Luanda	Francisco de Salles Cardoso	Av. Che Guevara, 60	244-2-391575/ 396635	244-2-335174	itca-sucursal@ebonet.net
Ministério do Comércio	Luanda	Mbumba Chico	Palácio de Vidro	244-2-311193	244-2-311191	

Instituição	Localização	Pessoa entrevistada	Endereço	Telefone	Fax	E-mail
Ministério do Comércio	Luanda	Pedro Vilhena	Palácio de Vidro, R/c- Direito	244-2-310930	244-2-311626	
Mota & Tavares, Lda.	Luanda	Apolinário João Negrão de Barros	Largo do Kinaxixi 16 / 16 – A	244-2-447421/ 442058	244-2-442059	
Ministério do Comércio	Luanda	Lusevikueno João				
URBACH HACKER YOUNG	Luanda	António André Lopes	Rua António Francisco Pinto, 93 - B. Alvalade	244-2-324506	244-2-324506	uhy-angola@nexus.ao
ANIP	Luanda	António Silva	Predio Ministério da Indústria			
Intertransportes	Luanda	Rosa Maria Soares & Sales Cardoso				
Alfândegas de Angola	Luanda	Conceição Matos				
Alfândegas de Angola	Luanda	Carlos Venâncio	Avenida Portugal no. 61-106	+244-222-372 102	+244-222-394 517	cavenancio@yahoo.com.br
IANORQ	Luanda	Teodora Lourenço Silva	Rua de Moura Nº 56 B. Neves Bendinha	+244222-396 745/222337 294		ianorq@netangola.com
Instituto Nacional de Estatística	Luanda	Isabel Fernandes		244-2-320430		Isabel.fernandes@ine.gv.ao

ANEXO 2: REFERÊNCIAS

- Filmer, Richard & Mushiri, Stella. March, 2001 “*Customs revenue implications of the SADC Trade Protocol*” for USAID/RCSA.
- Macamo, Luís, June 1999, “Estimated of Unrecorded Cross-Border Trade between Mozambique and her Neighbours”, Technical Paper N° 88.
- Brito, Carlos Manuel, 2004 “*Administrative Barriers to Entry and Its Economic Impacto n Sofala Province*”
- Ceso CI Consultores Internacional, November 2000 “*Estudo de Imapcto do Protocolo de Comércio da SADC sobre o Processo da Reindustrialização de Angola e sobre a Economia Angolana*”
- Associação Industrial de Angola, 2004, “*Anuário 2003-2004*”
- INE Angola 2004. Import and Export Statistical data
- World Bank site
- Economist Intelligence Unit website
- Ministry of Finance site www.minfin.gv.ao/alfan/pema/arrecaduana.htm
- USAID/Southern Africa, 2007, “Assessment of Trade Facilitation in Angola”